

18/09/2026

Atos do Poder Executivo - Edição Extra

DECRETO Nº 13.120, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026. Atualiza os valores dos benefícios do Programa Bolsa Família, aplicando a correção pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre março de 2023 e agosto de 2026. Define novos valores para os benefícios de Renda de Cidadania, Benefício Complementar, Benefício Primeira Infância e Benefício Variável Familiar.

- O decreto se insere no marco da Lei nº 14.601/2023, que reorganizou o Bolsa Família, e utiliza o INPC como indexador oficial para reajuste. Essa vinculação garante previsibilidade e alinhamento com a política de correção monetária aplicada a benefícios sociais.
- **Finalidade:** Preservar o poder de compra dos benefícios sociais frente à inflação. Aumento da renda disponível das famílias de baixa renda, com impacto direto no consumo interno.

Ministério da Agricultura e Pecuária/Secretaria de Defesa Agropecuária

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.684, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026. Submete à Consulta Pública a proposta de portaria voltada a estabelecer os procedimentos de habilitação de estabelecimentos nacionais para exportação e de trânsito e certificação sanitária aplicáveis aos produtos de origem animal.

- **Destinatários:** Empresas e estabelecimentos que pretendem exportar produtos de origem animal. O prazo para envio de contribuições é de 30 dias, contados da publicação no DOU (17/09/2026).
- **Objetivo:** Garantir que estabelecimentos nacionais atendam padrões sanitários e de qualidade exigidos por mercados importadores.
- **Efeitos práticos:** Maior previsibilidade e segurança jurídica para empresas exportadoras. Potencial redução de barreiras técnicas ao comércio. Impacto direto na competitividade do agronegócio brasileiro.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços/Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026. Abre consulta pública sobre a proposta de Requisitos de Avaliação da Conformidade para Sustentabilidade de Produtos e Serviços, que fundamentará a criação do Selo Verde Brasil.

18/09/2026

- **Destinatários:** Empresas fabricantes e prestadoras de serviços no Brasil que desejem obter certificação voluntária de sustentabilidade, por meio de organismos de certificação acreditados pelo Inmetro.
- **Exclusão:** Produtos e serviços importados não estão abrangidos pelo escopo da certificação.
- **Prazo:** 30 dias, contados da publicação no DOU (17/09/2026), para envio de contribuições à consulta pública.

Presidência da República/Casa Civil/Comitê Interministerial para a Transformação Digital/Comitê Executivo do CITDigital

PORTARIA Nº 22, DE 26 DE AGOSTO DE 2026. Designa os membros da Câmara Técnica de Economia Digital do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital), sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

- O novo perfil interministerial da Câmara Técnica, visa fortalecer a governança da política de transformação digital. A Câmara Técnica funcionará como espaço de **coordenação e alinhamento de políticas públicas** voltadas à digitalização da economia, inovação e competitividade.

